



PARECER CONCLUSIVO 2020

Parecer conclusivo conforme artigo 200 das Instruções Normativas nº 01/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

1. OSC:	Associação Comunitária Osvaldo Alexandro
2. Exercício:	2020
3. Processo Administrativo:	Nº 14.263/2019
4. Termo de Fomento:	Nº 04/2018
5. Valor recebido em 2019	R\$ 648.000,00
6. Despesas pagas no exercício	R\$ 574.601,95
7. Sobra de recursos	R\$ 73.398,05
8. Valor total devolvido ao órgão público	R\$ 73.398,05
9. Autorizada e Regulamentada:	Lei Municipal 3568/03, Decreto 6494/03 e Lei 8666/93.

I – a localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto;

A Associação Comunitária Osvaldo Alexandro está localizada na Rua Topázio, Nº 92 - CEP 09351-521 - Jardim Itapark Novo – Mauá - São Paulo, sob o CNPJ Nº 02.804.799/0001-02 é uma Organização Civil de Direito Privado, denominada de Instituto, fundada em 20 de dezembro de 1997 sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ele se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.

Tem por finalidade estatutária, a prestação de serviços permanentes na área de assistência social, educação, recreativa e cultural desenvolvendo atividades de promoção humana em programas próprios ou suplementando a ação pública no atendimento a grupos sociais excluídos econômica e socialmente, em especial o atendimento a criança e adolescente, assistência à criança em Centros de Educação Infantil, assistência à pessoa da terceira idade e famílias nos termos da legislação decorrente;

No desenvolvimento de suas atividades o Instituto observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

II - relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como, os rendimentos financeiros auferidos;

Nº	Nº Doc. Crédito (Emp. 2020/370)	Valor	Nº Doc. Crédito (Emp. 2020/371)	Valor	Data	Fonte de Recurso
25ª	9.800.837	R\$ 32.560,00	9.801.502	R\$ 14.200,00	27/02/20	Próprio Municipal
26ª	9.800.802	R\$ 39.460,00	9.801.746	R\$ 12.300,00	27/02/20	Próprio Municipal
27ª	6.008.473	R\$ 42.640,00	6.008.995	R\$ 15.000,00	13/03/20	Próprio Municipal
28ª	4.778.344	R\$ 40.060,00	4.779.206	R\$ 16.000,00	01/04/20	Próprio Municipal
29ª	823.785	R\$ 39.560,00	826.607	R\$ 16.400,00	04/05/20	Próprio Municipal
30ª	199.416.554	R\$ 12.470,00	-----	-----	19/06/20	Próprio Municipal



Nº	Nº Doc. Crédito (Emp. 2020/3222)	Valor	Nº Doc. Crédito (Emp. 2020/3223)	Valor	Data	Fonte de Recurso
32ª	368.505.954	R\$ 4.000,00	-----	-----	04/08/20	Próprio Municipal
30ª	199.415.741	R\$ 27.690,00	199.416.936	R\$ 4.200,00	19/06/20	Próprio Municipal
31ª	278.982.471	R\$ 51.260,00	279.005.339	R\$ 4.200,00	10/07/20	Próprio Municipal
32ª	368.494.634	R\$ 35.360,00	368.505.322	R\$ 4.220,00	04/08/20	Próprio Municipal
33ª	494.724.001	R\$ 38.400,00	494.728.581	R\$ 4.000,00	03/09/20	Próprio Municipal
34ª	634.040.221	R\$ 39.360,00	634.043.150	R\$ 4.000,00	06/10/20	Próprio Municipal
35ª	828.748.135	R\$ 62.400,00	828.751.420	R\$ 4.000,00	19/11/20	Próprio Municipal
36ª	924.927.664	R\$ 80.260,00	924.929.478	R\$ 4.000,00	10/12/20	Próprio Municipal
Total		R\$ 545.480,00		R\$ 102.520,00		

Não houve rendimentos financeiros.

III - datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

A Entidade comprovou as aplicações dos repasses recebidos dentro da conformidade do Termo de Fomento Nº 04/2018, não havendo irregularidade nem sanções por ausência de comprovação ou desvio de finalidade.

Prestação de Contas		
Parcela	Data	Valor
25ª	16/03/2020	R\$ 46.760,00
26ª	16/03/2020	R\$ 51.760,00
27ª	28/04/2020	R\$ 57.640,00
28ª	20/05/2020	R\$ 56.060,00
29ª	16/06/2020	R\$ 55.960,00
30ª	08/07/2020	R\$ 44.360,00
31ª	21/08/2020	R\$ 55.460,00
32ª	31/08/2020	R\$ 43.580,00
33ª	06/10/2020	R\$ 42.400,00
34ª	09/11/2020	R\$ 43.360,00
35ª	14/12/2020	R\$ 66.400,00
36ª	08/01/2021	R\$ 84.260,00
Total		R\$ 648.000,00

IV - os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas;

A OSC comprovou as aplicações dos repasses recebidos dentro da conformidade do Termo de Fomento nº 04/2018, não havendo irregularidade nem sanções por ausência de comprovação ou desvio de finalidade.



V - a devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente;

Conforme consta nos autos há apontamentos de sobra de recursos, os quais foram devolvidos aos cofres públicos, conforme discriminado abaixo:

Folhas	Data	Valor	Referente a:
212	28/04/2020	R\$ 7.000,00	Valor glosado
378	30/04/2020	R\$ 7.000,00	Valor glosado
454	15/05/2020	R\$ 7.000,00	Valor glosado
546	05/06/2020	R\$ 7.000,00	Valor glosado
1335	12/02/2021	R\$ 45.398,05	Sobra de recurso
Total		R\$ 73.398,05	

VI - se as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando análise quantitativa e qualitativa do cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;

O objeto do convênio atende diariamente em período integral a 108 crianças na idade de 2 a 3 anos, na Educação Infantil, modalidade creche, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em cumprimento ao programa de atendimento à criança – PAC, visto que o Município de Mauá na atual circunstância a curto prazo não consegue atender a demanda de creche.

O atendimento teve como objetivo principal promover a garantia dos direitos da criança na faixa etária de creche, lhes assegurando uma educação de qualidade, com cuidados específicos da modalidade atendida, abrangendo todas as demandas do objeto do convênio como o ensino, o cuidado, o afeto, a higiene e alimentação, num espaço adequado, limpo, confortável e seguro. Porém, com a pandemia de Covid-19 o trabalho foi realizado de forma remota, através de videoaulas aulas, atividades online, desenvolvidas por profissionais habilitados sob a orientação da Secretaria de Educação do Município, que, também ofereceu formação continuada no decorrer do desenvolvimento do objeto.

A execução do objeto obteve economicidade em relação aos gastos se, comparados com os custos médios da rede de ensino, uma vez que a conveniada já possui toda a infraestrutura para o atendimento, ficando a cargo do município apenas o pagamento das despesas com pessoal, consumo e serviços básicos de terceiros, atingindo os resultados previstos e as metas propostas na política governamental.

VII - o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

A Entidade cumpriu as cláusulas pactuadas no Plano de Trabalho e Termo de Fomento nº 04/2018, atendendo à legislação/regulamentação pertinentes ao objeto do convênio.

VIII - a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestadas pelo órgão/entidade concessor;



A entidade procedeu à contabilização dos recursos, conforme documentos e demonstrativos de gastos encartados nos autos a cada repasse concedido, a Associação Comunitária Osvaldo Alexandro, apresentou os documentos comprobatórios dos gastos, os quais foram analisados pela Comissão Especial, encarregada pela comprovação das contas do Convênio de Cooperação Técnica e financeira da Secretaria de Educação e aprovada pela Secretaria de Finanças. A prestação de contas da OSC encontra-se regular, os procedimentos de análise das mesmas, seguem a orientação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na conformidade dos manuais, das resoluções e dos pareceres que tratam do assunto e que dão suporte aos Municípios.

IX - a conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Não se aplica ao objeto do convênio.

X - que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem;

As notas fiscais e demais comprovantes de despesas foram identificadas de acordo com as especificações acima, e podem ser conferidas no Processo Administrativo Nº 14.263/2019.

XI - a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

Os recolhimentos dos encargos trabalhistas estão regulares conforme documentos e certidões emitidas pelos órgãos competentes, encartados nos autos.

XII - o atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

O repasse de recursos à entidade, está na conformidade do que determina a legislação vigente que tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.

No decorrer do exercício 2020 a OSC atendeu a 108 (cento e oito) crianças, em cumprimento ao programa de atendimento à criança – PAC, visto que o Município de Mauá na atual circunstância a curto prazo não consegue atender a demanda de creche em sua totalidade.

Devido a pandemia de Covid-19 a Organização da Sociedade Civil, Associação Comunitária Osvaldo Alexandro, realizou de forma remota junto as crianças, atividades pedagógicas utilizando o lúdico, para garantir assim o interesse nessa nova forma de aula, garantindo o atendimento educacional. Manteve em seu quadro, profissionais capacitados que também se adaptaram para atingir os resultados previstos no Plano de Trabalho.

A execução do objeto, com a demanda atendida pela OSC, representa maior vantagem pois promove uma economicidade em relação aos gastos na Rede Municipal nessa modalidade, fazendo com que possa atingir os resultados previstos e o alcance das metas propostas na política governamental.



Nesta parceria verificou-se a promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público, o estabelecimento de mecanismos que ampliaram a gestão dentro de uma ação integrada, complementar e descentralizada, de recursos e ações, na implementação de atividades e projetos de interesse público e relevância social, para atender necessidades e demandas de maior qualidade de vida da população em situação de desigualdade social.

XIII - a existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão público concessor, com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis;

A Controladoria Geral do Município, sob a responsabilidade de Silmara Grilo Brito, Controladora Geral do Município CPF Nº 140.324.008-65 existe e funciona regularmente.

XIV - indicação quanto à realização de visita *in loco* pelo órgão ou entidade concessor, quando houver.

A Supervisora de Ensino da Secretaria de Educação, acompanhou as fases do desenvolvimento do objeto, que devido a pandemia de covid-19, foi realizado de forma remota fiscalizando assim a parceria, e ao final de cada mês emitindo relatórios desses acompanhamentos, os quais foram encartados no presente Processo Administrativo, bem como relatório governamental da análise da execução do convênio, que compõe os documentos necessários para o fechamento do convênio.

Conclusão:

A OSC, Associação Comunitária Osvaldo Alexandre, legalmente constituída, na conformidade do Termo de Fomento nº 04/2018 teve como repasse no exercício 2020 o valor de R\$ 648.000,00 (Seiscentos e quarenta e oito mil reais), dos quais foram gastos R\$ 574.601,95 (quinhentos e setenta e quatro mil seiscientos e um reais e noventa e cinco centavos). Houve glosa de valor no total de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) devolvidos nas parcelas de 26 a 29, e ainda uma sobra de recursos no valor de R\$ 45.398,05 (quarenta e cinco mil trezentos e noventa e oito reais e cinco centavos), os quais foram devolvidos ao órgão público concessor, cujos comprovantes foram encartados nos autos.

De acordo com a finalidade que se destina o benefício, cujos documentos comprobatórios foram juntados ao Processo Administrativo Nº 14.263/2019 – Volumes I ao VII. Isto posto, concluímos pela aprovação da presente prestação de contas.

Mauá, 28 de maio de 2021.

José Luiz Cassimiro
Secretário de Educação

Daniela Tinto
Membro

Maria Nunes Leite Freitas
Membro